

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



Sandra M. L. Brancato

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, RS, Brasil

A REPERCUSSÃO EM PORTUGAL DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Como no final do século XIX as ligações entre e Portugal e Brasil iam muito além de uma mera identidade resultante de um passado comum vivido com intensidade, é significativo apontar quais os principais setores da sociedade portuguesa que foram mais afetados com a instauração da república no Brasil, em 15 de novembro de 1889.

Pelo menos duas razões fundamentais indicam que dois importantes jornais de Lisboa — *Commercio de Portugal (CP)* e *Diário de Notícias (DN)* — são fontes valiosas para que se extraia conclusões sobre os setores sociais mais diretamente atingidos com as alterações políticas que ocorriam no Brasil. Em primeiro lugar, é preciso ter presente que os jornais em questão tinham uma postura pouco crítica em relação à monarquia, até mesmo porque, em 1889, havia uma forte censura à imprensa em Portugal.¹ Assim, seus respectivos discursos reproduziram, de uma maneira geral, os

¹ O governo presidido por António Rodrigues Sampaio, a partir de 1881, foi decisivo para acelerar a ação repressora. Em 1884, aconteceu em Lisboa um grande comício popular para protestar contra a reforma penal que voltava a cercar a imprensa. Participaram do comício aproximadamente 5000 pessoas, fora as que não conseguiram entrar no Chalet do Rato, onde se realizava o evento. Protestavam não somente os republicanos, mas também moderados e conservadores. Os processos e suspensões de jornais passaram a ser cada vez mais frequentes. Em 29 de março de 1890 um novo decreto reduziria ainda mais a liberdade de imprensa em Portugal. (Sobre a situação da imprensa em Portugal, veja: TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho, 1989, especialmente p. 245 e seguintes, onde constam outras informações relativas à censura no final da monarquia, além das relatadas nesta nota.)

interesses da que se poderia chamar de facção áulica, interessada em preservar e defender o sistema monárquico. Por outro lado, o *CP*, como o próprio nome indica, tinha como principal alvo o setor ligado às atividades mercantis, que seria duramente prejudicado por medidas tomadas pelo governo republicano brasileiro. Logo, esse setor faria avaliações muito específicas sobre os efeitos da nova república em Portugal.

Os últimos anos do século XIX foram particularmente difíceis para o governo monárquico português assolado por uma galopante crise econômica e pela lenta, mas concreta mobilização dos republicanos. Essas circunstâncias incidiram sobre o modo como foi encaminhado o processo de reconhecimento da república brasileira por Portugal e que refletia com nitidez os interesses dos mesmos áulicos que controlavam o discurso dos jornais.

Portanto, examinar como o *CP* e o *DN* construíram e repassaram os acontecimentos brasileiros de 15 de novembro de 1889, ajuda a avaliar os efeitos desses acontecimentos em Portugal. Também o exame da correspondência diplomática do período em questão, bem como a forma como decorreu o processo do reconhecimento da nova república americana por parte do governo português, comparado com o mesmo processo levado a efeito por outros estados europeus, reúne um conjunto de questões esclarecedoras das relações Brasil/Portugal.

A república brasileira no *Commercio de Portugal* e no *Diário de Notícias*

Os dois jornais em questão, apesar de não estarem voltados para um mesmo público leitor, coincidiram ao destacar um enfoque específico no conjunto de matérias que publicaram sobre a proclamação da república no Brasil: a injustiça que, segundo entendiam, fora cometida com D. Pedro II².

² O *DN* e o *CP* coincidiram também no caráter nitidamente noticioso e na diagramação utilizada da primeira página, onde as matérias eram dispostas sem grandes manchetes. O *DN* tinha assegurada maior circulação em Portugal por ter um preço acessível (10 réis o exemplar) e por atingir a um público mais diversificado que o *CP*, o qual se voltava,

Nessa linha, o *CP* foi quase dramático:

«A velha frase — ingrato como um rei, já não tem valor depois do que está passando no Brasil. Agora pode dizer-se — ingrato como um povo, sem perigo de errar e sem receio de que faltem provas para justificar a mudança da palavra [...] É porque nada há que mais custe do que a injustiça, que o nosso espírito se insurge contra a iniquidade com que um povo inteiro fulminou um ancião, que deu 49 anos de sua vida para o exaltar, para o engrandecer, para o tornar respeitado, para o fazer feliz, recebendo como recompensa de sua lealdade, da sua dedicação, do seu civismo, a deposição e a expulsão! [...] O golpe, vibrado pela mão trêmula de um assassino desprezível, não lhe doeria tanto como lhe custou de certo ouvir essa sentença sem julgamento que o expulsava de sua terra bem amada, como um criminoso, como um réprobo, como um maldito!»³

Ainda em 8 de dezembro de 1889, por ocasião da chegada da família imperial a Lisboa, o *CP* voltava a lamentar o tratamento dispensado a D. Pedro na partida do Brasil:

«Estamos convencidos de que, depois de sua saída do Rio de Janeiro, foi ontem [chegada a Lisboa] o dia em que S.M. pôde mais desafogadamente afastar para longe, não diremos a saudade de sua pátria, que essas serão imorredouras, mas a triste lembrança das ingratidões que lhe foi dado conhecer no último quartel da vida, acabando de se desiludir acerca da inconstância dos destinos humanos e acerca da versatilidade das ambições dos que querem dirigi-los. E devia ser doloroso ao cabo de cinqüenta anos de benefícios generosos, ver reduzido a uns poucos leais o número dos agradecidos.»

preferencialmente, para questões ligadas ao comércio e a indústria. A análise do *CP* e do *DN* que aqui se faz, leva em conta tanto as diferenças, como as identidades entre eles, mas, acima de tudo o fato de atingirem segmentos distintos da população portuguesa.

³ «Questões do Dia-A República dos Estados Unidos do Brasil.» Lisboa, 19 de novembro de 1889. Nesta citação, bem como nas demais que constam deste trabalho, optou-se por atualizar a ortografia dos jornais e dos documentos citados. As matérias copiladas, tanto do *DN* como *CP* estão todas na primeira página de cada jornal, onde a questão trabalhada recebe maior destaque.

O *DN* reforçava o posicionamento do *CP*:

«A velhice é uma coisa sagrada e todos imaginavam que as cãs do velho soberano imporiam mais respeito que a própria coroa. As impaciências revolucionárias não lhe pouparam este desgosto, imaginando, por ventura que os interesses do país estavam superiores a qualquer consideração a pessoa.»⁴

Ao saudar o imperador, ainda na sua chegada a Lisboa, o *DN* formulava um desejo, que entendia como um verdadeiro «lenitivo para as dores, amarguras e ingratidões» sofridas por D. Pedro e sua família: que encontrassem «paz e serenidade.»⁵

O apelo emocional e reducionista dos jornais tirava do foco de análise as questões mais latentes que desencadearam a deposição de Pedro II. Não faltaria a ambos o conhecimento de que as sucessivas crises enfrentadas pelo império há muito prenunciavam o final da monarquia. Nenhuma palavra encontra-se sobre o esvaziamento da influência econômica dos produtores de açúcar, contrastando com a ascensão de uma nova aristocracia ligada ao café, e muito menos sobre o crescimento de uma classe urbana, mudanças essas que pouco refletiam na composição do Parlamento do império brasileiro. O *DN* foi o que andou um pouco mais perto de discutir essas questões⁶, mesmo assim se apropriando da apreciação de alguns jornais europeus que apontavam para o que lhes parecia ser uma das principais causas da revolução republicana: o descontentamento dos grandes proprietários com a abolição da escravatura efetivada sem oferecer uma indenização pela perda dos escravos.⁷

⁴ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – a queda do império». Lisboa, 19 de novembro de 1889.

⁵ «Assuntos do Dia – O Sr. D. Pedro II Imperador do Brasil – Sua chegada a Lisboa – Pormenores.» Lisboa, 8 de dezembro de 1889.

⁶ «A revolução brasileira e a libertação dos escravos.» Lisboa, 22 de novembro de 1889.

⁷ O jornal ainda fez considerações sobre a possibilidade, também referida por jornais europeus, de que os fazendeiros fizessem alguma tentativa para reverter o processo abolicionista. Terminou concluindo que a república brasileira «não cairia em semelhante absurdo, em erro tão condenável.» A questão encerrava em um juízo de valor, sem que fossem

O CP não identificava um movimento mais articulado de republicanos no Brasil. Referia-se a esses políticos como sendo «mais ou menos incubados», *esquecendo* de toda uma gestação republicana que marcara os últimos anos do império:

«Numa manhã, o desrespeito de um general e os erros de um ministério fizeram esquecer meio século de devoção cívica, e a ambição, que é apaixonada, fez em algumas horas o que a razão fria repeliria com horror, como uma afronta à retidão e à honestidade.»⁸

Dadas as condições da monarquia portuguesa em 1889, o aludido *esquecimento* pode ser melhor interpretado. A geração de 1865/1870 em Portugal, ao contrário daquela que no início do século XIX ensaiara alguns modestos avanços em direção ao republicanismo, conseguiu se organizar um pouco mais: em 3 de abril de 1876 foi constituído o Diretório do Partido Republicano em Portugal; em 1878 era eleito o primeiro deputado republicano para as Cortes e, em 1887, o Partido Republicano já mantinha «4 jornais diários e dezenas de semanários, além de muitas aulas e gabinetes.»⁹ Os republicanos ocupariam novos espaços a partir de outubro de 1889, quando Carlos I sucedeu ao pai no trono português, sem o prestígio e a popularidade do mesmo.

A situação da monarquia portuguesa poderia ter se agravado muito mais quando a Inglaterra enviou, em 11 de janeiro de 1890, um Ultimato ao governo português exigindo a retirada das tropas que garantiam a posse para Portugal de territórios situados na África, entre Angola e Moçambique.¹⁰ Contudo, nessa oportunidade, os republicanos ainda tinham uma organização deficitária para tentar liderar qualquer reação. Amadeu Carvalho

examinadas com mais consistência as implicações econômicas decorrentes da abolição que apressaram a queda do império.

⁸ «A República dos Estados Unidos do Brasil.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

⁹ Cf. TENGARRINHA, José. Op. cit., p. 236-237.

¹⁰ A questão do Ultimato será melhor explicitada mais adiante, quando se tratar das repercussões econômicas e financeiras da proclamação da república no Brasil.

Homem chama a atenção de que eram «raras e pouco escutadas as vozes que defendiam a mutação violenta do regime.»¹¹

Os movimentos republicanos subseqüentes — a revolução de 31 de janeiro de 1891¹², e outra¹³ que veio à tona em 28 de janeiro de 1908 — também não foram eficientes para derrubar a monarquia, mas deixaram à mostra fissuras que as bases do regime monárquico vinham apresentando¹⁴ desde o último quartel do século XIX.

Com o acúmulo de tensões, é compreensível que o *CP* e o *DN*, comprometidos com o regime monárquico português e controlados pela censura, tratassem de enfatizar os aspectos políticos menos polêmicos da implantação da república brasileira. Apesar de tudo, é possível identificar algumas brechas tanto no discurso do *CP*, como no do *DN*. Nesse último havia opiniões mais consistentes e independentes que no primeiro.

O *DN* comentava que o Brasil tinha vinte províncias, com mais de 12 milhões de habitantes, destacando que, entre elas, apenas duas províncias, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com uma população de aproximadamente 3 milhões de pessoas, tinham apoiado a república. A partir de tal constatação, concluía que faltava à república o endosso das demais províncias que somavam oito milhões de habitantes, bem como da população do Rio de Janeiro, de um milhão e trezentos mil habitantes. Logo, completava, se não houvesse uma maior adesão à república «no espaço que lhes há de ser marcado na convocação da constituinte», poderia haver crise com «muitos e espantosos riscos.»¹⁵

¹¹ Cf. *A propaganda republicana (1870-1910)*, Coimbra: Coimbra Editores, 1990, pp. 11-25.

¹² Os revolucionários do Porto de 1891 chegaram a proclamar a república, mas não conseguiram um apoio significativo além dos grupos estudantis e dos oficiais de baixa patente. Sua ação não ultrapassou a cidade do Porto.

¹³ Como a Revolução de 1891, a de janeiro de 1908 também não foi além de algumas escaramuças, apesar de contar com apoio de grupos de maior projeção.

¹⁴ É ilustrativo lembrar ainda que, em 1 de fevereiro de 1908, Carlos I e o príncipe herdeiro Luís Filipe foram assassinados em Lisboa, sendo o crime atribuído a elementos republicanos. Contudo, apenas em 5 de outubro de 1910, a república seria proclamada e a família real portuguesa se retiraria para o exílio.

¹⁵ «Aspectos do Dia – A revolução no Rio de Janeiro.» Lisboa, 18 de novembro de 1889. Mais adiante se verá que a questão referente à convocação de uma Assembléia Constituinte

O centro da argumentação do jornal, no entanto, ia além da constatação de que, até aquele momento, apenas 25% da população apoiara a república. Era destacado que caberia ao *povo* brasileiro decidir sobre o governo do país. Empenhava-se o *DN* em esclarecer que não desejava ver o Brasil numa situação difícil, voltando à carga sobre uma questão que julgava fundamental: o respeito devido à vontade popular, independente do regime estabelecido.

E acrescentava:

«Se a aspiração política do Brasil é o governo republicano, que ele satisfaça absolutamente a sua vontade e que entre no pleno domínio do seu ideal sem embaraços graves ou com o menor número de estorvos possíveis. É a lei fatal que os povos têm os governos que desejam ou antes que merecem.»¹⁶

A posição assumida era ousada dentro de um país como Portugal, onde a continuidade dinástica estava assegurada no próprio texto constitucional. O *CP* acompanhou a opinião do *DN*, sem ousar ir muito mais longe:

«Não contesta ninguém o direito que o povo brasileiro tinha de mudar a forma de seu governo, e todos devemos acatar o uso desse direito e aceitar como boas as conseqüências.»¹⁷

Pode-se identificar uma nova brecha no discurso do *DN* quando os comentários recaíram sobre o tema democracia. O jornal passou a idéia de que a república brasileira fora uma conquista da propaganda democrática que se tinha alastrado no país, «apoderando-se de todas as classes» tornando a mudança de regime «inevitável».¹⁸

será crucial em todo o processo que levou ao reconhecimento oficial da república brasileira pelo governo português.

¹⁶ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – A queda do império.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

¹⁷ «Questões do Dia – A república dos Estados Unidos do Brasil.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

¹⁸ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – A queda do império.» Lisboa, 19 de novembro de 1889.

Da afirmação, dois pontos chamam a atenção: em primeiro lugar, se a propaganda republicana alcançara a dimensão propalada, a queda do império se explicaria por razões mais consistentes não abordadas pelo jornal, preocupado em evidenciar, prioritariamente, a injustiça que fora cometida com o imperador deposto; em segundo lugar — e aí a brecha — foi estabelecida uma clara relação entre democracia e república, dando margem a que fosse pensado que a democracia seria incompatível com o império. O provável *deslize*, no entanto, seria amenizado mais adiante, não sem deixar à mostra uma clara contradição: «o império não era uma nódoa que envergonhasse as tradições democráticas da livre América. Um imperador filósofo hasteava também na sua mão a bandeira da democracia.» Ficava para o leitor tentar resolver, como, em definitivo, o *DN* estaria se posicionando em relação à democracia. Só não podia pairar dúvidas sobre os méritos do imperador deposto, mesmo quando admitia o jornal que a república podia representar uma evolução:

«Os erros dos homens podiam preparar os sucessos, dar-lhes o rastilho, apressar-lhe a explosão – podiam contribuir por todos os meios políticos para tudo – caminhar para a evolução, levantar sobre o império a república – o nome, porém, do sr. D. Pedro II ficará lá eterno.»¹⁹

As repercussões econômicas e financeiras

No final do século XIX, as relações bilaterais Brasil/Portugal eram marcadas pelas ligações económico-financeiras, principalmente devido ao expressivo número de emigrantes portugueses estabelecidos no Brasil.

Com a proclamação da república houve um temor generalizado em Portugal, em especial na cidade do Porto, de que os ingressos vindos até então do Brasil sofressem uma diminuição, num momento bastante difícil para a economia e as finanças portuguesas.

¹⁹ «Assuntos do Dia – O sr. D. Pedro II, imperador do Brasil – sua chegada a Lisboa – Pormenores». Lisboa, 8 de dezembro de 1889.

O CP, por se tratar de um órgão ligado ao comércio e a indústria, dedicou-se a examinar com mais vagar o impacto da nova situação brasileira sobre os interesses portugueses.

É preciso ter presente que, em novembro de 1889, a disputa pelos territórios africanos, notadamente entre Portugal, França e Inglaterra, afetava muito a atividade econômica portuguesa. Para tomarmos a questão africana em momentos mais próximos ao que se examina, em 1886, Portugal assinava, primeiro com a França e pouco depois com a Alemanha, um Tratado de Limites, onde era reconhecida a soberania portuguesa nos territórios entre Angola e Moçambique, na área conhecida como Mapa Cor de Rosa.²⁰

A reação ante estes acertos era inevitável. A fórmula de Cecil Rhodes «do Cabo ao Cairo», dá bem a proporção dos interesses ingleses na região, causa de vários incidentes com os portugueses. Os atritos tomaram um rumo definitivo em 11 de janeiro de 1890 por força do já mencionado Ultimato inglês que deixava duas opções para Portugal: ou renunciava aos territórios do Mapa Cor de Rosa retirando todas as forças atuantes na região, ou enfrentava uma agressão armada.

A ameaça de uma guerra, dobrou o governo português, combalido por crises que já vinham se arrastando, marcadas pela falência de alguns bancos, pelo aumento da dívida pública e pela queda de investimentos. O Ultimato de 1890, somado à crise política já examinada anteriormente, só não levou à derrocada da monarquia porque, além da desorganização dos republicanos, a mudança de regime, como alerta Amadeu Carvalho Homem, «difícilmente poderia alterar a posição relativa das potências coloniais europeias, envolvidas em complexos equilíbrios de interesses e nada interessados nos projetos expansionistas de um Portugal sem frota de guerra, sem marinha mercante e sem solvência financeira internacional.»²¹

²⁰ Como o local onde esses territórios se situavam estava colorido nos mapas em tom rosado, a região passou a ser conhecida como do Mapa Cor de Rosa.

²¹ «O 'Ultimatum' Inglês de 1890 e a opinião pública.» In: *Revista de História das Idéias*, vol 4, Instituto de História e Teoria das Idéias, Universidade de Coimbra, 1992, p. 284.

Assim, o abalo decorrente da nova situação vivida pelo Brasil, como deixavam claro o *CP* e o *DN*, fatalmente afetaria os investidores portugueses já fragilizados pelas sucessivas crises que se agravaram com a questão africana. O *CP*, transcorridos apenas dois dias da proclamação da república, já adiantava que os prognósticos eram pouco animadores:

«A gravíssima crise política por que está passando o Brasil, traz preocupados os ânimos dos que já têm os seus capitais empregados e agrava os receios dos que previam que uma crise econômica seria a curto trecho a consequência fatal do élan com que todos os dias anunciava a formação de importantes empresas, sobretudo bancárias.»²²

E arrematava os comentários com a indagação: «Apressará a crise política a manifestação da crise econômica?» Ao que o próprio jornal respondia: «Talvez. O pior, porém, para nós, são os graves prejuízos que ela há de acarretar, sobretudo, agora, que o capital português está fortemente interessado em instituições brasileiras.»

Os problemas financeiros que enfrentaria o Brasil após 15 de novembro confirmariam os temores do *CP*. Devido à desvalorização da moeda brasileira, diminuiriam as remessas de dinheiro por parte dos emigrantes portugueses para seu país. No período 1889/1891, a baixa de quase 80% das remessas procedentes do Brasil, viria a provocar a queda da moeda portuguesa em Londres.²³

A grande naturalização, decretada no Brasil pela lei de 14 de dezembro de 1889, aumentaria ainda mais o desconforto em relação à nova república, pois, em definitivo, a expectativa era de que essa medida também iria re-

²² «Revista Econômica e Financeira.» Lisboa, 17 de novembro de 1889.

²³ Cf. FERREIRA, Marie-Jo. «Transição à República no Brasil e relações diplomáticas Brasil-Portugal.» Comunicação apresentada no Colóquio Internacional «Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia,» ocorrido em Curitiba (PR), em setembro de 2001, ex. mimeo., p. 3.

fletir sobre as remessas dos emigrantes. Tais temores repercutiram na Câmara de Deputados de Lisboa:

«Havia largos anos que vozes no Brasil pregavam a nacionalização do capital brasileiro, para evitar a emigração dos lucros do comércio entregue na sua maior parte para estrangeiros. O primeiro cuidado dessa república foi promulgar a lei de grande naturalização dos homens, como também dos capitais que eles detinham. Essa lei vem cortar para muitos portugueses o último laço que os prendia à Metrópole, e a baixa de câmbio deu-lhe pretexto para interromperem as remessas de dinheiro.»²⁴

Contudo, o *CP* vislumbrava uma saída otimista para a situação criada, sem ignorar que havia riscos:

«Os portadores de títulos de crédito do Brasil começam a reconhecer que o juro mais subido que lá usufruem é consequência do maior risco que correm. [...] Na situação atual do nosso mercado monetário a crise política do Brasil deve ter consequências imediatas, antes mais favoráveis do que desfavoráveis para o nosso momento econômico. É de crer que os capitais que ficavam no império e ainda os que daqui iam ultimamente, prefiram novamente os valores portugueses para emprego definitivo. O capital prefere antes de tudo a ordem e a segurança. Quais serão os valores que possam oferecer ao capital, a par de um bom juro, aquelas condições, nos países a que pertencem, em graus superior aos nossos? Nenhum. Por isso afigura-se-nos a crise política do Brasil como incentivo poderoso para o capitalista português voltar a dar sua preferência à dívida nacional.»²⁵

O *DN*, embora sem expressar tanto otimismo como o *CP*, também apostava que se não predominassem os interesses particulares e se a ordem fosse mantida os efeitos traumáticos da mudança de regime poderiam ser

²⁴ Apud, FERREIRA, Marie-Jo. Op cit., p. 3.

²⁵ «Revista Econômica e Financeira». Lisboa 17 de novembro de 1889.

atenuados. Argumentava o jornal que a transformação ocorrida no Brasil acarretara:

100

«...uma baixa perfeitamente natural dos fundos brasileiros, mas ainda pouco intensa porque as notícias subseqüentes dos sucessos políticos não foram de natureza a alarmar os interesses financeiros. Pode-se mudar de sistema governativo, sem que a propriedade, o trabalho, o comércio, a riqueza pública e o crédito nacional sofram no caso, é claro, de que não vivam do sistema ou à custa do sistema inúmeros interesses egoístas.»²⁶

No dia seguinte, o *DN* retornava a mesma linha de argumentação:

«O momento da explosão é que pareceu a todos inoportuno. Era precisamente na hora que vai decorrendo o Brasil, a praça do Rio sobretudo, estava engolfada no delírio das operações bancárias. A febre mercantil dominava todos os espíritos, e por isso não admira que o procedimento do exército, paralisando todos os negócios, viesse causar uma perturbação, que poderia ter tristíssimas conseqüências, se a ordem se não mantiver, se a confiança no crédito e na gerência do novo governo não renascer desde já.»²⁷

A mensagem esperançosa do *DN* em relação ao Brasil não se confirmaria. As conseqüências da febre de negócios no célebre período do Encilhamento, precipitou a especulação nas bolsas de valores, a alta do custo de vida e a criação de muitas empresas, algumas delas fantasmas. O ápice da crise ocorreria a partir de 1891 com uma sucessão de falências bancárias e de empresas, além da queda do valor da moeda brasileira.

Tantos percalços no campo econômico-financeiro, somados às razões de ordem política, iriam retardar a normalização das relações bilaterais entre Portugal e Brasil, como se evidencia no lento processo de reconhecimento da república desse país.

²⁶ «Mercado Monetário.» Lisboa, 18 de novembro de 1889.

²⁷ «Assuntos do Dia – A revolução brasileira – A queda do império.»

O reconhecimento da república brasileira por Portugal

A pressão para que o governo português reconhecesse prontamente a república brasileira foi exercida ainda em 1889, conforme se depreende da correspondência diplomática enviada pelo Barão de Aguiar D'Andrada, representante do Brasil em Portugal.

Contudo, em 20 de fevereiro de 1890, Aguiar D'Andrada ainda informava a Quintino Bocaiúva, Ministro e Secretário Estado das Relações Exteriores do Brasil, que continuava cobrando de Hintze Ribeiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a promessa feita por seu predecessor Henrique de Barros Gomes, de que seu país seria «um dos primeiros, senão o primeiro, a reconhecer a República dos Estados Unidos do Brasil.»²⁸

Para pressionar uma definição por parte de Portugal, Aguiar D'Andrada chamava a atenção do Ministro português de que a numerosa colônia lusa existente no Brasil seria uma forte razão para que fosse legalizada «uma situação que a continuar no pé em que está atualmente», não poderia deixar de ser prejudicial aos dois governos.

Ficava a idéia de que a normalização das relações seria um dos caminhos viáveis para solucionar os problemas criados em Portugal com a proclamação da república no Brasil. Tudo indica que Hintze Ribeiro não entenderia a questão dessa maneira, pois, segundo Aguiar D'Andrade, o Ministro português teria argumentado que a Inglaterra, possuidora de «valiosos interesses financeiros no Brasil, a Itália e a Alemanha, com forte colônia estabelecida no Brasil, também não tinham efetuado o reconhecimento da república.» Se pode deprender que, para Hintze, as tensões existentes transcendiam a uma mera formalidade diplomática, pois ainda acrescentava, segundo a mesma fonte, que nem a França republicana normalizara as relações com o Brasil, logo: «não competia a Portugal dar o primeiro passo.»²⁹

²⁸ Cf. BRANCATO, Sandra M. L (coord.). *Arquivo Diplomático do Reconhecimento da República*, vol. II, Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993, p. 188, doc. 156.

²⁹ Ibidem, p. 189.

O governo de Portugal administrava o tempo. A instabilidade do regime monárquico, o reinado de Carlos I marcado pelas desastrosas conseqüências do Ultimato britânico de janeiro de 1890 e pela mobilização republicana, não aconselhavam qualquer precipitação no que se referia ao reconhecimento de uma república surgida de um golpe militar. Assim, ainda no início de setembro de 1890, decorrido quase um ano da proclamação da república, a diplomacia brasileira seguia pressionando para obter o reconhecimento que teria, no mínimo, forte conotação simbólica ante aos demais países europeus, também relutantes em formalizá-lo.

Foi novamente Aguiar D'Andrada, em ofício a Bocaiúva, de 3 de setembro de 1890, que sintetizou a situação das negociações, ao relatar as declarações confidenciais ouvidas de Hintze:

«...que o que obstou ao seu governo não ter ainda reconhecido oficialmente a República dos Estados Unidos do Brasil foi não estabelecer um precedente, que podia no futuro ser invocado por qualquer outra nação nas mesmas circunstâncias; que para obviar a este inconveniente e no intuito de abreviar a época do reconhecimento, resolveram ele e seus colegas em Conselho de Ministros provocar uma manifestação no Parlamento; que foram entabuladas negociações a este respeito, mas que os chefes dos partidos em oposição se negaram a cooperar com a maioria do Governo, deixando-lhe toda a responsabilidade do ato; que frustrada a primeira tentativa, o Governo, para mostrar sua boa vontade para com o Brasil, não aguardará para fazer o reconhecimento na reunião da Constituinte, como seria mais natural, só esperando que o telégrafo anuncie o resultado das próximas eleições como favorável às novas instituições e ao atual Governo.»³⁰

O governo português agiria exatamente como anunciara Hintze. Em 18 de setembro de 1890, era reconhecida oficialmente a república brasileira por Portugal, depois de efetuadas no Brasil as eleições para a Assembléia Constituinte e antes mesmo de se realizar sua sessão inaugural, no Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, em 15 de novembro de 1890.

³⁰ Ibidem, p. 190, doc. 157.

É interessante observar, que o governo português reagia de forma semelhante aos jornais examinados anteriormente, ao dar tanto peso à opinião popular em todo o processo de legitimação da nova república. Na comunicação oficial que informava sobre o reconhecimento se pode ler:

«Era porém indispensável, para que estas a um tempo justas e benévolas intenções [de reconhecer a república] pudessem legitimamente realizar-se, a adesão do povo brasileiro à ordem de coisas recentemente estabelecida por um ato público, solene e irrecusável. Este ato julga o Governo de Sua Majestade ter-se dado agora. Nas eleições gerais que vêm de realizar-se para as futuras cortes, que terão de pronunciar-se em nome de seus legítimos constituintes sobre o regime atual, a nação distinguiu de preferência com o seu sufrágio os candidatos que antecipada e publicamente se haviam declarado favoráveis à nova forma de Governo.»³¹

Os portugueses, por seu turno, esperariam até outubro de 1910 para ver chegar a república em seu país. Já os benefícios de uma participação popular nos rumos políticos de um país, tão exaltados pela imprensa portuguesa por ocasião da proclamação da república no Brasil, demorariam ainda mais para se firmar em Portugal. Oliveira Marques é taxativo sobre essa questão: «...o republicanismo veio findar também como uma espécie de utopia, no sentido em que implicava um regime perfeito 'do povo, para o povo', baseado em completa igualdade, liberdade e justiça democrática.»³²

O reconhecimento da república em outros países europeus

Outros governos europeus tiveram questões bem mais sérias do que as que obstaculizaram a normalização das relações de Portugal com o Brasil, após a mudança de regime nesse país. Os motins revolucionários tão

³¹ Ibidem, p. 192, doc. 158.

³² OLIVEIRA MARQUES, A. H. *História de Portugal*, Lisboa: Palas Editores, 1973, vol. II, p. 243.

comuns na América assustavam a velha Europa, especialmente em países como a Espanha, onde, da mesma forma que em Portugal, o sistema monárquico vigente já vinha enfrentando algumas represálias por parte dos republicanos. Desta maneira, aguardar uma definição mais segura do rumo político que seguiria o Brasil e o restabelecimento de sua ordem constitucional seria, pelo menos, uma atitude prudente³³ para o governo espanhol. Estaria fora de qualquer lógica que ele apoiasse prontamente, sem restrições, um regime contra o qual se defendia dentro de suas próprias fronteiras.

Já o governo inglês tinha uma situação mais delicada: se por um lado interessava garantir que a nova república não alteraria as vantagens econômicas conquistadas no Brasil, por outro, era importante assegurar que o prestígio monárquico, tão intimamente ligado às suas tradições, não ficasse arranhado com um apoio incondicional à república brasileira que expulsara o Imperador e sua família. Tais circunstâncias terminaram retardando o reconhecimento que só ocorreu em 3 de novembro de 1890. Logo após, a Áustria-Hungria, Holanda, Suécia-Noruega, que já haviam declarado a intenção seguir a orientação britânica, também reconheceram a república.

A Bélgica, que em um primeiro momento também anunciou que nortearia sua posição pelo modelo inglês, alterou posteriormente esse critério. Acionistas belgas da Companhia de Gás do Rio de Janeiro passaram a exigir que fosse protelado o pretendido reconhecimento, enquanto as autoridades brasileiras não reconsiderassem algumas atitudes. Ocorria que, por força da cláusula 18 de um contrato firmado entre a Companhia de Gás e o governo brasileiro, em 26 de junho de 1886, ficara estabelecido que haveria uma redução no preço do gás, a partir de janeiro de 1890. No entanto, a redução não se efetivou e o governo brasileiro, então, não só

³³ Em 4 de dezembro de 1889, com o sugestivo título «Brisas del Brasil», publica o jornal *El País*, de Madri, o seguinte comentário, na sua primeira página: «si la tranquilidad de los dinásticos tiene un fin estratégico; si con ella pretenden amortiguar algo de nuestras fundadas esperanzas, se equivocan por completo, porque tenemos muchas, muchísimas razones para creer que la Revolución en el Brasil es como un prólogo de una obra, en alguno de cuyos capítulos pensamos colaborar.»

estabeleceu uma multa, como exigiu que todas as contas distribuídas fossem devolvidas para que houvesse a revisão de seus valores.

Tal situação trouxe grandes preocupações ao governo brasileiro que pretendia normalizar o quanto antes as relações com a Bélgica, principalmente devido às ligações comerciais existentes. Importantes setores, como os da rede ferroviária, dependiam em grande parte, das importações belgas. A Bélgica procurou tirar vantagens dessa situação pressionando para que o Brasil sustasse as medidas repressivas à Companhia. Interessava muito de perto ao governo belga resolver a questão de forma favorável, já que, entre os prejudicados, estavam elementos ligados ao partido de oposição, o Liberal.

O Brasil foi obrigado a ceder devido aos altos interesses em jogo, assumindo o compromisso de reestudar o caso da Companhia de Gás. O reconhecimento oficial pela Bélgica foi formalizado a 6 de dezembro de 1890.

Os problemas que envolveram reconhecimento pela França não foram menos polêmicos. Era imprescindível para o Brasil contar com o apoio da grande república européia, que desfrutava de um inegável prestígio entre as demais nações. Sem o reconhecimento francês tornava-se mais problemático pressionar o reconhecimento das velhas monarquias, como já ficara evidenciado nas manifestações dos governos português e espanhol.

As primeiras notas oficiais emitidas pelo governo francês já revelavam que estava decidido a subordinar o reconhecimento à solução de duas questões fundamentais. A primeira delas estava relacionada ao já citado decreto da Grande Naturalização, de 14 de dezembro de 1889. Ao contrário do governo português, cuja preocupação mais importante referente ao decreto prendia-se ao fato de que afetaria a remessa de capitais para Portugal, o governo francês considerou o mesmo basicamente arbitrário. Argumentava, como faziam outros governos europeus, que o prazo de execução do decreto era curto, além de haver dificuldades de comunicação, tanto para os estrangeiros tomarem conhecimento do seu teor, como para chegarem até as autoridades competentes para registrar sua opção de nacionalidade.

Inicialmente o Ministro francês foi sensível à argumentação do Barão de Itajubá, representante do governo brasileiro em Paris, que procurava chamar a atenção sobre o caráter não obrigatório do decreto da Grande Naturalização. Além disso, havia a alegação de que fora prorrogado por mais seis meses o prazo estipulado para a declaração de nacionalidade. No desenrolar das negociações, a diplomacia brasileira conseguiu bons resultados e, já em abril de 1890, o governo francês se declarava satisfeito com as explicações recebidas.

Uma segunda questão, no entanto, ficava pendente: interessava ao governo francês voltar a negociar a demarcação da fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil, que, desde há muito, era discutida sem que fossem encontrados resultados definitivos. A leitura da documentação diplomática que se ocupa deste tema nos permite concluir, com muita segurança, que as autoridades francesas procuravam usar a concessão do reconhecimento como verdadeira barganha para alcançar os seus objetivos na Guiana.

Também nesse caso, a diplomacia brasileira resolveu o impasse de forma satisfatória, desvinculando o reconhecimento da questão de fronteira, que foi encaminhada, então, para o arbitramento do Conselho Federal Suíço. O reconhecimento oficial da república brasileira pela França ocorreu em 20 de junho de 1890, enquanto que a sentença final do Conselho Federal Suíço, aliás, favorável ao Brasil, só seria conhecida a 1º de dezembro de 1900.

Conclusões Finais

É inegável que a proclamação da república no Brasil repercutiu intensamente em Portugal. Tanto por razões de ordem política como econômica, os áulicos que cercavam o governo português trataram a questão com cautela e repassaram para a imprensa que podiam controlar, a conduta a ser adotada e que respaldava seus interesses.

Ficou evidente, ainda, que os setores mais ligados à atividade mercantil, acima de tudo, estavam preocupados com os riscos que corriam seus

investimentos relacionados aos negócios com o Brasil. Mesmo assim, o governo português, ao contrário de outros, como o francês e o belga, abriu mão de exercer qualquer tipo de barganha sobre o Brasil, não condicionando diretamente o reconhecimento da república à solução dos problemas bilaterais.

Em um ponto, no entanto, o governo português e vários governos europeus coincidiram: sem o retorno da ordem constitucional no Brasil, a normalização das relações não ocorreria, atitude essa bem diversa daquela que norteou os governos americanos. Enquanto na América os governos se apressaram em reconhecer a república, curvando-se à liderança exercida pelo Brasil no continente, na Europa foi o Brasil que teve que se curvar ante o prestígio dos principais governos, num esforço de vencer suas resistências em aceitar a nova ordem constituída.